

A POLÍTICA EXTERNA DE D. JOÃO IV: DIPLOMATAS E DIPLOMACIA PARA UMA DINASTIA ALEM DE UM INVERNO

Thiago Groh de Mello Cesar

Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: thgroh@terra.com.br

Palavras-chave: Diplomacia. Diplomatas. Restauração.

(...) aos quinze do mez de Dezembro do dito anno, em sabbado pela manhã, na cidade de Lisboa, nos Paços da Ribeiraa della, onde ora está o muito Alto e muito Poderoso Senhor El-Rei Dom João o IV deste nome, Nosso Senhor, se fez o Levantamento, e Juramento de Sua Magestade na Corða destes Reinos e Senhorios de Portugal, por os Grandes, Titulos, Seculares, e Ecclesiasticos, e pessoas da Nobreza, que se achavam presentes (...).¹

Quinze dias após o levante de 01 de Dezembro de 1640, finalmente o oitavo Duque de Bragança assume seu papel na Restauração de Portugal, processo que se estenderia por quase três décadas até o estabelecimento da paz com Castela e o reconhecimento papal no final da década de 1660. Tal processo, porém, tem seu início na década de 30 do século XVII, com as rebeliões no reino- principalmente na segunda metade da década - contra aos rumos tomados pela política de Madrid conduzida pelo Conde-Duque de Olivares valido de Felipe IV de Espanha (FREIRE; CUNHA, 2006, p. 11). D. João deixou Vila Viçosa então para ser o legítimo rei de Portugal e devolver a nação à esperança perdida ao longo do domínio filipino.

O caminho percorrido por D. João, Casa de Bragança e por todo povo português e sua fidalguia, passa muito além da distancia entre Vila Viçosa e Lisboa. A restituição do trono a um rei português escora-se em questões práticas, religiosas e políticas.² A Europa e Portugal estão em movimento de mudança no século XVII, sobretudo na segunda metade.

Quanto ao processo de Restauração de Portugal os primeiros movimentos no sentido de ruptura com a Espanha revelam-se a partir de Évora no ano de 1638. Um movimento que não consegue seu objetivo, mas desencadeia uma série de ações que juntas culminam com a aclamação de D. João IV. No quadro desencadeado por esse evento podemos elencar duas

¹ SILVA, José J. de Andrade e (Comentada e Anotada). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=99&id_obra=63&pagina=15>.

² Cf. MARQUES, 1986; MARQUES, 1989; TORGAL, 1981.

questões: o recebimento do título de governador-geral das armas do reino de Portugal, que significa o controle das tropas lusas, e o conflito entre a vice-rainha Margarida de Mântua e o conde-duque de Olivares.

Segundo Rafael Valadares (2006), pode-se elencar quatro eventos ou fatores que juntos e não somados, tem como resultado final a sublevação de Dezembro de 1640. A guerra hispano-holandesa, a política do Conde-duque de Olivares, os conflitos do Conde-duque com a vice-rainha Margarida de Mântua e a insatisfação da nobreza portuguesa que permaneceu no reino (FREIRE; CUNHA, 2006. p. 33).

Esses eventos, contudo, deixam marcas indeléveis em Portugal Restaurado que se refletem na luta diplomática e na formação do corpo diplomático. A política olivarista deixou como herança para os lusitanos a inimizade de antigos aliados do mesmo modo que construiu uma nobreza ansiosa por um rei e por ascensão social. Com D. João IV a ausência do rei é suprida e as questões de nobilitação passam a ser usadas pelo soberano como instrumento para o controle da nobreza. Nessa perspectiva o corpo diplomático português é construído.

A formação do corpo diplomático de D. João IV passa pela premissa daqueles que melhor poderiam representar o reino nas diversas cortes da Europa de modo a conquistar a legitimação da Casa de Bragança no trono português, fugindo da previsibilidade do Antigo Regime (CARDIM; MONTEIRO; FELISMINO, 2005, p. 328). Para tanto, nesse momento pós 1640, são recrutados dentre aqueles que permaneceram no reino os mais habilitados com as letras e as normas jurídicas.

Homens cultos capazes de convencer governos hereges e católicos da licitude natural e divina do monarca aclamado, sem que isso significasse uma ruptura na ordem do Antigo Regime estabelecida pelas nações. Contudo, para Portugal foi necessário buscar esses indivíduos dentre aqueles que permaneceram no reino e apoiaram a Restauração; que segundo Rafael Valladares (2006, p. 44), são os membros da chamada média nobreza. A esses nobres acrescentam-se os homens da confiança do rei D. João IV.

Para ilustrar, citamos o caso de três diplomatas que ocupam entre 1641-1643 a embaixada portuguesa em Haia na Holanda. Tristão Mendonça Furtado é nomeado para ocupar o posto logo no início de 1641 na tentativa de reverter à situação com a Holanda. Membro da nobreza portuguesa participa do movimento da Restauração. Porém, fica ao menos com fama de fraco diplomata, mesmo conseguindo já em 1641 um acordo de trégua com os holandeses (VAINFAS, 2009, p. 87).

Em 1642, Francisco de Andrade Leitão é nomeado para assumir o posto no lugar de Tristão de Mendonça. Desembargador da Casa de Suplicação, um letrado, que nas palavras de

Evaldo Cabral de Mello (2003, p. 44-45) é “(...) a encarnação da impertinência jurídica (...)”. Ou seja, um homem letrado que durante sua estada na Holanda escreve um discurso político publicado em Latim, português e holandês, protestando contra as investidas holandesas após a paz estabelecida em 1641.³

Francisco de Sousa Coutinho chega à Holanda em substituição a Francisco Leitão, nomeado para Münster, em 1643. Ligado à Casa de Bragança desde antes da Restauração o novo diplomata em Haia é conhecido pela sua prudência e experiência diplomática como representante do duque em Madrid e depois de 1640 a Suécia. Coutinho é sem dúvidas o primeiro diplomata de carreira português.

A política externa de D. João IV é desenvolvida em cima das missões que recebe junto com a coroa de Portugal, defender as fronteiras na península, recuperar as colônias perdidas e obter o reconhecimento internacional da monarquia (MELLO, 2003, p. 23). Essa última foi à missão primeira de todos os enviados de D. João às diversas partes da Europa. A exceção da regra, talvez seja a Holanda, onde os interesses econômicos do reino pensam mais que o reconhecimento da coroa.

No tratar da manutenção das embaixadas, Portugal vai contar substancialmente com o dinheiro obtido junto aos judeus estabelecidos em Amsterdã e Hamburgo (CARDIM, 1997, p. 137). Segundo Leonor Freire e Mafalda Cunha (2006), os Nunes da Costa, Duarte e Jerônimo, são peças-chaves desse sistema de crédito e financiamento. Para elas o contato com comerciantes sefarditas permite aos diplomatas, e conseqüentemente a coroa, obter informações, na medida em que esses negociantes formavam uma rede internacional de circulação de mercadorias e claro informações (FREIRE; CUNHA, 2006, p. 171), tal como com o dinheiro confiscado dos nobres que abandonaram Portugal depois da Restauração passando para os Filipes (CARDIM, 1998, p. 101-128).

Muitos dos representantes do rei no exterior valiam-se também de suas próprias economias para seu sustento e manutenção das embaixadas, faziam isso esperando receber mercês quando no retorno a Portugal. Essa prática, porém gera uma certa concorrência entre os adidos (CARDIM, 1998, p. 136), na medida em que disputavam para realizar os melhores serviços para a coroa e os mais vistosos. Segundo Leonor Freire e Mafalda da Cunha (2006), a própria fazenda real e o rei reconheciam a necessidade do uso das finanças pessoais de seus representantes para a manutenção das missões (FREIRE; CUNHA, 2006, p. 173).

³ O panfleto produzido por Francisco de Andrade Leitão encontra-se disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00847500>>.

Em uma das diversas cartas escritas durante o período em que foi diplomata o jesuíta Antonio Vieira dá conta das dificuldades financeiras de manutenção das missões ao marques de Niza em missiva datada de 27 de janeiro de 1648 (VIEIRA, 1970). Sousa de Macedo, embaixador em Londres, também aponta para essas mesmas dificuldades, tal como a morosidade e a falta de regularidade da fazenda real em enviar o dinheiro necessário e os pagamentos (FREIRE; CUNHA, 2006, p. 172). Ao cabo e ao fim, a política externa de D. João dependia muito mais das fazendas alheias que da Real.

As legações portuguesas são uma amostra da penúria econômica que se abatia sobre Portugal Restaurado. Contudo, não conseguimos observar nenhuma relação entre os problemas econômicos e a duração das missões. A única influência que nos ocorre diz respeito a distancia geográfica, a qual julgamos ser a responsável pela longa permanência das enviaturas a Áustria, em média 03 anos, ante a média de 01 ano para França e Inglaterra (CARDIM; MONTEIRO; FELISMINO, 2005, p. 312-313).

As principais marcas legadas à diplomacia restauracionista de D. João IV são a hesitação e o uso da “guerra de papeis” para fazer o novo rei deixar o status de “rebelde” passando para o “natural” (CARDIM, 1998). A hesitação, que para muitos historiadores é uma marca de D. João IV, será forte instrumento de ação dos diplomatas lusitanos, a ponto de gerar certo desconforto entre seus pares (MELLO, 2003).

Segundo Evaldo Cabral de Mello (2003, p. 224), “(...) na realidade, as hesitações portuguesas procediam de que ninguém sabia de onde tirar o dinheiro para as indenizações (...)”, na medida em que a economia do reino se encontrava em dificuldades. Outros fatores que colaboram na explicação dessa característica são a dificuldades dos adidos de obterem notícias do reino e o “jogo duplo” de dissimulação do rei D. João IV.

Fragilizado economicamente, politicamente e militarmente, o rei bragantino e seus aliados não tinham mesmo muitas opções diferentes da dissimulação e da hesitação. Os diplomatas em terras estrangeiras contavam também com a “guerra de papeis”, para conquistar simpatias e legitimar a nova dinastia.

Antonio Vieira, ao que se conhece não participou ativamente dessa “guerra” produzindo panfletos, mas podemos acreditar que foi influenciado por ela onde se “(...) utilizavam os livros como armas e as penas como espada (...)” (CARDIM, 1997, p. 142). A propaganda política manifestada nos panfletos e obras literárias era financiada pelos próprios adidos.

Para Pedro Cardim (1997, p. 142), determinar as motivações dessas publicações é difícil, contudo é possível afirmar que esses escritos tinham animações que extrapolavam as

questões patrióticas, na medida em que serviam também para o feitio de alguns acertos de conta e conflitos de cunho particular. Por esses escritos, amplamente divulgados, as notícias circulavam e imagens caricatas de soberanos, nobres e clérigos eram construídas.

Em Portugal desde 1580, o arsenal propagandístico era amplamente utilizado acompanhando todo o período dos Filipes e renovado com a Restauração de 1640, quando a temática principal girava em torno de divulgar os grandes feitos de Portugal e as mazelas de Filipe IV e seu valido o Conde-duque de Olivares. Sousa Coutinho utiliza-se desse artifício para reivindicar a liberdade de D. Duarte em um manifesto escrito na forma de carta aberta.

A habilidade dos legados de D. João IV em produzir esses papéis propagandísticos era inegável e atingiam diferentes regiões da Europa, que se desdobravam para torná-la ruidosa e visível (CARDIM, 1997, p. 144), facilitando também a obtenção de apoio para a causa lusitana. Contudo, essa prática não é exclusiva dos lusitanos, franceses e espanhóis também se valiam desse mesmo método. Angariar apoio significava também obter facilidades de créditos nas praças comerciais.

Logo, a “guerra de papéis” transformou-se em importante instrumento da política diplomática do século XVII, retomando antigos acontecimentos e atuais para enfatizar a condição de um país ou a imagem de um nobre ou rei. O avanço das técnicas de impressão muito ajudou nesse momento, dando agilidade e garantindo quantidades de impressões idênticas (ALVAREZ, 1996).

No período entre 1640-1669, as embaixadas mais relevantes são as da França, Suécia, Holanda, Inglaterra e Roma (Santa Sé), para esses lugares D. João enviou seus representantes logo nos primeiros meses de 1640. Para França, onde a expectativa para a formação de uma liga contra Espanha era dada como certa, foram enviados os embaixadores Francisco de Mello e o Dr. António Coelho de Carvalho.

Para a Suécia, é enviado Francisco de Sousa Coutinho, que busca o apoio da rainha Cristina para a consolidação de uma aliança entre Portugal, França e Holanda contra a Espanha. Buscava o embaixador também estabelecer negócios com esse país, na medida em que a Holanda que até então fora o principal parceiro comercial encontrava-se em litígio com Portugal. Sousa Coutinho permanece na Suécia até sua transferência em 1643 para Haia.

D. Antão de Almeida e Dr. Francisco de Andrade Leitão são os embaixadores portugueses na Inglaterra juntamente com Antonio de Sousa Macedo como secretário. Os interesses de D. João IV na Inglaterra estavam ligados a questões comerciais e ao estabelecimento de amizade entre as duas nações que culmina com o casamento de Dona Catarina de Bragança como rei inglês. Em Roma, para onde foi enviado o Bispo de Lamego a

situação diplomática portuguesa é mais complexa dada a influencia hispânica sobre o papa que não reconhece o Bispo como representante de Portugal e assim não lhe concede os direitos devidos a tal posto.

Obter junto às nações europeia o reconhecimento de D. João como o “rei natural” de Portugal abria caminho para a participação dos representantes portugueses no Congresso de Vestfália que reuniu na cidade de Münster os países católicos e em Osnabrück os países não católicos, em busca de um acordo para por fim a Guerra dos Trinta Anos. A presença portuguesa nas negociações serviria para expor a causa do reino forçando a Espanha a reconhecer o novo status de Portugal. Apoiado pela França e pela Suécia D. João IV consegue enviar seus representantes ao Congresso, porem, não consegue que eles sejam reconhecidos como “Plenipotenciários” e participem das negociações. A presença em Münster, especialmente, significava para Portugal sua integração junto às monarquias católicas.

Fazer o “rei rebelde” um “rei natural”, é a questão que permeia todas as missões diplomáticas portuguesas durante o período restauracionista, esse propósito também norteará as ações. No fundo, essa questão está explicitada no “Papel Forte” do Padre Antonio Vieira e em outros escritos políticos seus (PÉCORA, 2002).

Com penas em punhos e diplomatas por toda a Europa, a nova casa dinástica de Portugal procura fazer das relações internacionais sua maior arma para estabelecer-se diante das outras nações e de seus inimigos mais próximos como a Espanha.

Estabelecer afirmações sobre o êxito ou não da política externa lusitana e das missões diplomáticas é para nós frágil e limitante, dado as complexidades que cercam o evento, porém nos permitimos afirmar que sem a diplomacia a restauração provavelmente não duraria muito tempo.

Relação das missões diplomáticas de Portugal 1640-1834

	1640	1669	1707	1751	1778	Total	%
	-	-	-	-	-		
	1668	1706	1750	1777	1834		
Áustria	1	3	4	5	18	31	6,60
Dinamarca	0	0	0	3	14	17	3,62
Espanha	2	12	9	7	38	68	14,47
Estados Unidos	0	0	0	0	11	11	2,34

França	28	5	7	5	20	65	13,83
Grã-Bretanha	16	10	15	9	25	75	15,96
Holanda	18	7	9	9	11	54	11,49
Nápoles	0	0	0	3	9	12	2,55
Rússia	0	0	0	1	19	20	4,26
Santa Sé	11	9	9	2	20	51	10,85
Sardenha	0	0	0	3	12	15	3,19
Suécia	6	0	0	0	12	18	3,83
Trat. Internac.	5	0	2	1	5	13	2,77
Outros	3	0	0	0	17	20	4,26
Total	90	46	55	48	231	470	100,00

Fonte: CARDIM; MONTEIRO; FELISMINO, 2005, p. 292.

Referências

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antonio Vieira*. Lisboa: Classica Editora, 1992.

ALVAREZ, Fernando Bouza. Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos em el Siglo de Oro. *Cadernos de História Moderna*, Madrid, Universidade Complutense: Madrid, n. 18, 1997.

CARDIM, Pedro. Entre Paris e Amsterdã. António Vieira, legado de D. João IV no norte da Europa (1646-1648). *Oceanos*, Lisboa, CNCDp, n. 30/31, set. 1997.

_____. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998.

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno G. F.; FELISMINO, David. A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajetórias. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 281.

FREIRE, Leonor da Costa. Da Restauração a Methuen: ruptura e continuidade. In: CARDOSO, José Luífa et al. *O Tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizontes, 2003.

FREIRE, Leonor Costa; CUNHA, Mafalda Soares da. *D João IV*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006.

MELLO. Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PÉCORRA, Antonio Alcir (Org. e Ed.). Introdução. In: VIEIRA, Antonio. *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: Guerra e Restauração 1640-1680*. Tradução de Pedro Cardim. Lisboa: Esfera dos livros, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 82-100, 2009. ISSN 1413-7704. doi: 10.1590/S1413-77042009000200007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

VIEIRA, Antonio. *Escritos históricos e políticos*. Edição e organização de Antonio Alcir Pécorra. São Paulo: Martins Fontes, 2002.